

## **DESINDUSTRIALIZAÇÃO – TROCA DE CARTAS COM MIGUEL BRUNO**

23.6.2010

**Caros Eliane, Miguel e Débora Pimentel**

Fiquei surpreso ao receber o trabalho “Regime cambial e mudança estrutural na indústria de transformação brasileira: evidências para o período (1994-2008)”.

Seu objetivo é “é detectar o sentido das transformações impostas pela nova forma de inserção internacional consolidada ao longo da década de 1990. O trabalho proporciona novas evidências empíricas quanto às hipóteses de desindustrialização e de “doença holandesa” que marcam o debate atual sobre os efeitos da apreciação real do câmbio numa economia como a brasileira”. E, para isso, dispõem-se a fazer um “balanço da literatura nacional e internacional”. Este levantamento é lamentável.

De fato, a abertura comercial e financeira realizada entre 1990 e 1992 teve forte impacto estrutural sobre a economia brasileira ao promover a desindustrialização. A principal causa desse processo foi o fato de que as duas aberturas importaram em o país deixar de neutralizar a doença holandesa – o que fez que a economia brasileira ficasse com uma taxa permanentemente sobreapreciada de 25 a 30% - a medida de gravidade doença que estimo para o Brasil.

Desde o início da década venho discutindo a relação entre câmbio e crescimento. Primeiro, fiz uma série de trabalhos criticando a política de crescimento com poupança externa, desde um primeiro artigo com Nakano (2002) até dois artigos com Paula Gala, e, ainda não publicado, um com você, Eliana. Em 2006 comecei a discutir doença holandesa ou maldição dos recursos naturais e desindustrialização no Brasil. E desde 2008, comecei a discutir a tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio.

Os trabalhos econométricos que citam sobre a mudança da estrutura industrial podem ser interessantes, mas o que vocês querem é entender melhor a desindustrialização e sua relação com o câmbio. Sobre esse assunto, quem levantou o problema em um artigo de jornal de 2006 e em um livro de 2007 foi este velho professor. Logo, vocês deveriam resumir minha tese em alguns

parágrafos, e, em seguida, disporem-se a verificar as evidências já existentes na literatura econométrica e as evidências que vocês apresentarão. Há tempo venho elaborando uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento segundo a qual a desindustrialização é causada pela sobreapreciação do câmbio cujas causas principais são a doença holandesa e política de crescimento com poupança externa. Se estiverem interessados em refazer toda a introdução do paper para nela resumir essa tese sobre as causas da desindustrialização e, depois, no corpo do texto, testar se de fato há sobreapreciação e se de fato há desindustrialização, terei prazer em considerar o trabalho para publicação na REP.

Meus trabalhos sobre o tema estão em meu site, nas três categorias relativas a câmbio. Meu livro Macroeconomia da Estagnação (2007) já faz a análise da desindustrialização. A tese teórica, entretanto, está mais desenvolvida no livro “Globalização e Competição”.

Peço que repassem para a Débora este e-mail.

Um abraço cordial, Bresser.

24.6.2010

**Caros Eliane, Miguel e Débora Pimentel**

Envio anexo um arquivo com meus trabalhos sobre câmbio, crescimento, desindustrialização.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

26.6.2010

**Caro Professor Bresser,**

Sem dúvida vamos incorporar as suas contribuições concernentes à problemática principal do nosso artigo, inclusive citando-o ao longo do texto com as referências que nos enviou. Reconheço também o seu pioneirismo na detecção da doença holandesa para o caso do Brasil e também quanto à problemática levantada acerca da estratégia de crescimento com poupança externa.

Foi, inclusive, por ouvi-lo e ler seus trabalhos que me interessei em investigar essa questão empiricamente, pois os colegas neoclássicos no IPEA têm argumentado

que câmbio apreciado não prejudica de modo algum o investimento. Recentemente respondi a um deles que eles precisam examinar os comportamentos diferenciados por ramos da indústria, não podem simplesmente olhar a taxa de investimento agregado e contentar-se com o seu crescimento dos últimos anos, já que os ramos que mais investem, a despeito da apreciação real do câmbio, são os intensivos em recursos naturais e intensivos em escala. São os menos sensíveis à apreciação real. Os ramos tecnologicamente mais sofisticados e baseados em ciência estão estagnados ou em regressão. No artigo proposto à REP é isto que mostramos, com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual do IBGE e outras estatísticas; daí a tendência de primarização da pauta de exportações brasileiras. Outro colega chegou a dizer que também não há problema algum com essa primarização ou “commoditização” da pauta, pois estaríamos simplesmente voltando às nossas vantagens comparativas naturais, num claro exercício de análise estática neoclássica cujos resultados serão o bloqueio ou no mínimo o retardo do processo de desenvolvimento econômico nacional.

Nesse artigo proposto à REP, não o citamos no texto, isso foi uma falha nossa e pedimos-lhe desculpas por isso. No entanto, não sei se observou, nas referências bibliográficas já aparece o seu artigo de 2008, “The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach”, Brazilian Journal of Political Economy, vol. 28, nº 1 (109), pp. 47-71, January-March/2008.

Em nossas discussões de pesquisa no IPEA, chegamos à conclusão de que a problemática suscitada pela tendência de apreciação real do câmbio poderia também ser analisada sob a ótica do que representa para os regimes de acumulação sob dominância financeira. Este foi o tema abordado em um artigo que apresentamos este ano na SEP-São Luiz com o título “A Indústria Brasileira entre a Crise Americana e o Finance-led growth regime pós-liberalização”.

Penso que o equívoco de alguns economistas pós-keynesianos é o de acreditarem que se trata fundamentalmente de um problema de política econômica. Supõem que os policy makers atuais se equivocam por essa opção; na verdade, a apreciação cambial é um dos eixos da revalorização financeira e rentista dos capitais em escala global. Hoje, no Brasil, o atual regime de câmbio flutuante com viés de apreciação real é muito conveniente à alocação financeira; a elite bancária e financeira, juntamente com os rentistas e detentores de capital o querem e o defendem na mídia. Permite reduzir os custos de mobilidade do capital, facilitando as remessas de lucro, juros e dividendos, além de promover a captação

externa a baixo custo de recursos que serão depois remunerados com as altíssimas taxas reais de juros domésticas.

Um outro regime de política econômica mais adequado às necessidades do desenvolvimento nacional é um problema de economia política, pois o sistema bancário-financeiro brasileiro e detentores de capital estão maximizando suas posições de carteira com o atual modelo econômico. Neste contexto, o conceito de financeirização (ou financialisation, conforme a literatura internacional sobre o tema) torna-se relevante porque permite considerar o modo como o Estado se converte em forma institucional subordinada às necessidades da acumulação rentista-patrimonial.

Uma das principais conseqüências, já apontadas nos estudos sobre financialisation, é precisamente o fato de que, numa economia sujeita à financeirização, a autonomia da política econômica e do próprio Estado reduz-se drasticamente diante dos mercados financeiros. Em outros termos, a política econômica é formatada e gerida segundo as necessidades e imposições da acumulação financeira em escala global. O Brasil não é exceção e ainda tem o agravante de ter uma economia financeirizada por renda de juros e derivativos, diferente das economias desenvolvidas, como a americana, em que este processo desenvolve-se a partir do mercado de capitais e sob taxas de juros reais muito menores do que a brasileira.

Um abraço sincero,

Miguel Bruno.

27.6.10

**Caro Miguel Bruno**

Estou de pleno acordo com as observações que faz em seu email. Primeiro, de fato, “são os menos sensíveis à apreciação real. Os ramos tecnologicamente mais sofisticados e baseados em ciência estão estagnados ou em regressão”. Este fato deriva do fator doença holandesa que aprecia permanentemente o câmbio no Brasil em cerca de 30%. Como, no caso de existência da doença holandesa a taxa de câmbio é determinada por commodities cuja tecnologia requer mão de obra

de baixa qualificação e baixos salários, este fato se estende para a indústria. Nesta, os setores com baixa tecnologia e baixos salários são pouco prejudicados, enquanto que as de tecnologia complexa perdem competitividade. Assim, temos desindustrialização, e esta ocorre nos setores de maior valor adicionado per capita. Em *Macroeconomia da Estagnação* (2007), na página 123 e 124, eu analiso essa relação entre a doença holandesa e a desindustrialização nos setores tecnologicamente mais avançados.

Segundo, estou também de acordo que a “tendência de apreciação real do câmbio poderia também ser analisada sob a ótica do que representa para os regimes de acumulação sob dominância financeira”, e creio que vale a pena aprofundar esta questão. Em *Globalização e Competição* (2009) eu defino a tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio como uma das duas tendências estruturais que caracterizam os países em desenvolvimento (a outra é a tendência dos salários crescerem menos do que a produtividade), e explico aquela tendência em termos da doença holandesa, da política de crescimento com poupança externa, do uso da taxa de câmbio como âncora nominal para reduzir a inflação, e no populismo cambial. Creio que vale a pena ver o problema também em termos de dominância financeira. Ela já está incluída nas causas sugeridas, mas é ótimo que você relacione o problema com a financiarização. Nestes termos, como você sugere, o problema é também de economia política.

Um abraço cordial, Bresser.